



HOSPITAL
Cruz Vermelha

Relatório & Contas

2025



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
2. SUMÁRIO EXECUTIVO
3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL
4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO
5. *GOVERNANCE*
 - 5.1 ÓRGÃOS SOCIAIS
 - Mesa da Assembleia Geral
 - Conselho de Administração
 - Comissão Executiva
 - Fiscal Único
 - Comissão de Remunerações
 - 5.2 COMISSÕES HOSPITALARES
6. PRINCIPAIS *STAKEHOLDERS*
7. ATIVIDADE, TRANSFORMAÇÃO E CRIAÇÃO DE VALOR EM 2025
8. PERSPETIVAS PARA 2026
9. EVENTOS SUBSEQUENTES
10. AGRADECIMENTOS
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 - 12.1 CONTAS & ANEXO
13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
14. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Mensagem do
Presidente do Conselho
de Administração

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Presidente do Conselho de Administração
Luís Filipe Pereira

Em 2025 registou-se um importante avanço na melhoria das condições de eficiência e de competitividade do Hospital da Cruz Vermelha.

Os indicadores económico-financeiros e de atividade operacional demonstram esse progresso que se traduziu, de igual modo, por um acréscimo das vendas e receitas face ao ano anterior.

Apesar deste progresso, continuaram a verificar-se alguns desajustamentos, vindos de anos anteriores, quanto ao equilíbrio da estrutura de custos e de preços dos serviços prestados pelo Hospital o que pressionou as suas condições financeiras e de liquidez.

Face a este contexto, a equipa de gestão desenvolveu um vasto conjunto de programas e ações conducentes à eficiência de custos e à recuperação de liquidez sendo de destacar a renegociação de contratos estruturantes com a obtenção de relevantes poupanças, a recuperação material de dívidas de clientes e o reforço da disciplina das cobranças.

A par destes esforços foi também prioritária a atuação conducente ao aumento da atividade e das receitas, através do reforço, da imagem, do Hospital e da contratação de equipas clínicas de reconhecido mérito. Em conjugação com este esforço de contratação, num contexto difícil de escassez de profissionais de saúde foi, de igual modo, dado prioridade à gestão e qualificação dos recursos humanos do Hospital, visando a sua qualificação e desenvolvimento e a retenção de talentos.

Do ponto de vista estratégico, foi elaborado no início deste exercício, o Plano Estratégico para o período de 2026-2029 contendo os principais objetivos a atingir, as linhas de orientação estratégica a desenvolver e as ações fundamentais a concretizar para o crescimento e consolidação do Hospital no período considerado.

O ano de 2025 foi marcado por desafios significativos para o sector da saúde privado e para o Hospital, exigindo de todos quantos trabalham no HCV, um elevado profissionalismo e uma capacidade de adaptação de inovação e resiliência.

Para a superação destes desafios foi decisiva a contribuição das equipas médicas, de enfermagem, técnicas e administrativas, a quem agradeço a sua dedicação e empenho.



O Hospital da Cruz Vermelha mantém-se fiel à sua identidade de ser uma instituição que alia uma visão e uma prática humanista com a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade, constituindo-se como um *player* incontornável no sistema de saúde do país.

A visão estratégica definida para o Hospital e os esforços dirigidos à sua eficiência e competitividade, a par da procura constante da prática de um padrão de elevada qualidade e de humanização nos cuidados de saúde que presta, constituem elementos essenciais para colocar o HCV como uma unidade hospitalar capaz de explorar as oportunidades e de fazer face aos desafios que se coloquem no futuro.

O Presidente do Conselho de Administração

Luís Filipe Pereira



Sumário Executivo



2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Hospital Cruz Vermelha, desde sempre, reconhecido pela sua reputação e por um modelo assistencial que alia competência clínica, proximidade e uma experiência de cuidado profundamente humanizada.

Ao longo de 2025, o Hospital intensificou o percurso de transformação traduzido na melhoria dos processos de gestão, na qualificação das equipas clínicas e não clínicas e no investimento nos meios de suporte à atividade clínica.

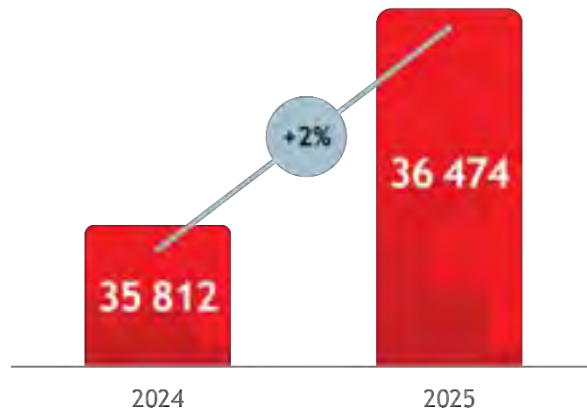
Este caminho tem vindo a consolidar as condições para reforçar a competitividade do Hospital no mercado privado de saúde, apresentando-se os seguintes indicadores do exercício de 2025.



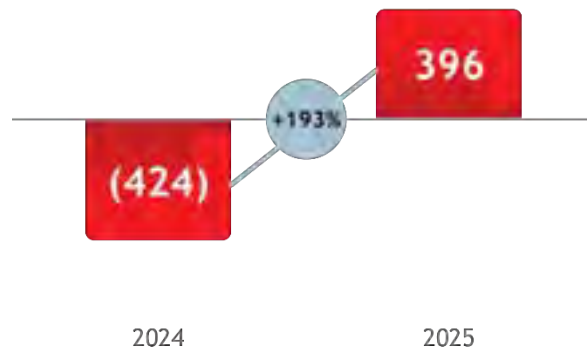


Sustentabilidade Financeira

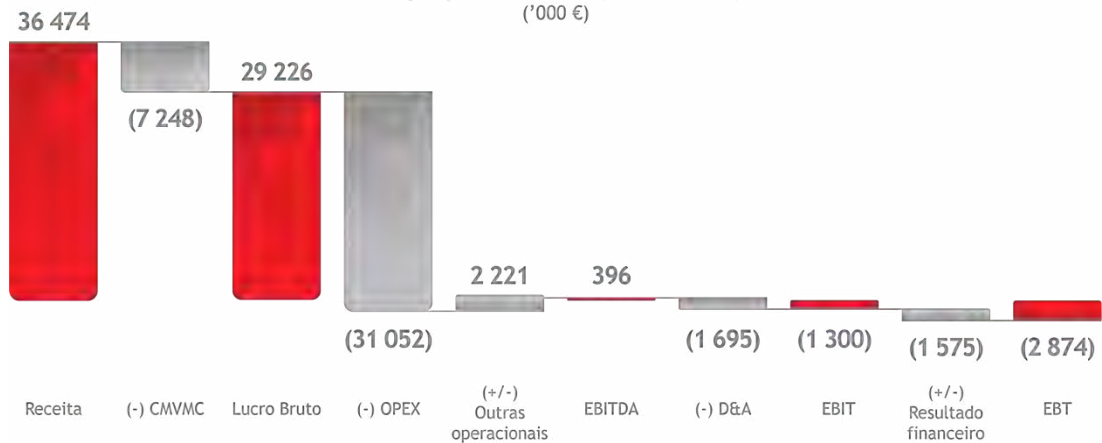
Volume de Negócios
('000 €)



EBITDA
('000 €)



Bridge Operacional 2025 (Receita → EBT)
('000 €)





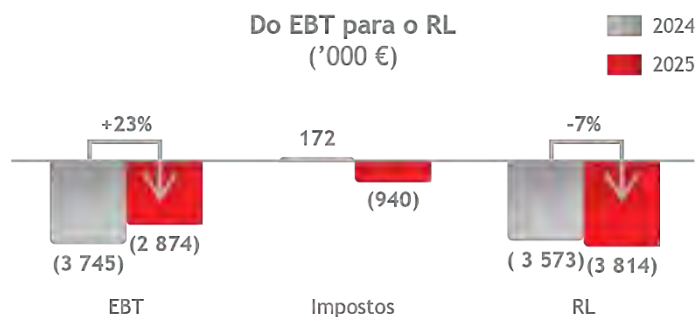
Suprimentos e aumentos de capital
(valores acumulados)

	Até 2024	2025
		('000 €)
	34 338	1 000
Suprimentos (*)	8 572	1 000
Aumentos de capital	25 766	0
Var.(€)		-33 338
Var.(%)		-129,4%

Estrutura da Dívida

	Até 2024	2025
		('000 €)
Dívida bancária	21 150	19 829
Médio e Longo Prazo	13 797	12 507
Curto Prazo	7 353	7 321
Var.(€)		-1 322
Var.(%)		-18,0%
Dívida de clientes (exclui ARS/LVT)	6 612	5 660
Var.(€)		-953
Var.(%)		-14%
Dívida ARS/LVT Acordo de cooperação	9 404	9 404
Var.(€)		0
Var.(%)		0%

Do EBT para o RL
('000 €)



(*) A entrada de suprimentos em 2025 ocorreu até ao final de março e decorrem de pedidos realizados no mandato anterior.



Não obstante a melhoria registada ao nível da atividade e da organização ao longo de 2025, o resultado líquido do exercício continuou a ser influenciado por efeitos de natureza histórica, sem relação direta com o desempenho corrente do Hospital. Entre esses efeitos destacam-se, em particular, os encargos associados à dívida bancária herdada, algumas situações de recuperação mais exigente de saldos de clientes e o impacto contabilístico da reavaliação de ativos por impostos diferidos reconhecidos em anos anteriores.

No caso dos impostos diferidos, o exercício de 2025 refletiu não só o efeito fiscal associado ao próprio ano, mas também a reavaliação de saldos transitados, em consequência da redução da taxa de IRC de 20% para 17%. Este efeito teve impacto material no resultado líquido, pelo que a os resultados líquidos de diferentes exercícios não são integralmente comparáveis. Não fosse aquela redução de taxa, o resultado líquido teria-se situado em aproximadamente € (2.372.017), em vez dos € (3.814.003), o que representaria uma melhoria de cerca de €1.441.986. Assim, a leitura do desempenho de 2025 deve ter em conta que uma parte relevante do agravamento do resultado líquido decorre de um efeito contabilístico e fiscal associado à reavaliação de ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores, e não da evolução operacional corrente da atividade.

Por essa razão, a análise da evolução do exercício deve distinguir o desempenho operacional corrente dos impactos herdados do passado. Neste plano, importa salientar que o resultado antes de impostos (EBT) apresentou uma evolução muito positiva face ao exercício anterior, mesmo mantendo-se o peso da estrutura financeira herdada.

Os referidos efeitos continuaram, ainda assim, a condicionar parte da capacidade financeira e de gestão disponível em 2025, levando ao adiamento de algumas iniciativas estruturantes para 2026. O Hospital procurará, no próximo exercício, dar continuidade ao processo de recuperação e transformação em curso, com enfoque na eficiência operacional, no reforço da solidez financeira e na consolidação do seu posicionamento assistencial.



HOSPITAL

Cruz

Vermelha

Enquadramento
Macroeconómico
e Setorial



3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

Contexto macroeconómico

Em 2025, a economia portuguesa voltou a mostrar capacidade de adaptação, num contexto de incerteza geopolítica e de maior seletividade do crescimento europeu. O PIB aumentou 1,9%⁽¹⁾ em volume, confirmando uma trajetória de crescimento moderado, mas resiliente, com o contributo positivo da procura interna, em particular via consumo enquanto a procura externa líquida foi mais penalizadora, com exportações a crescerem 0,4%⁽²⁾ e importações a aumentarem 4,2%⁽²⁾ (em volume), refletindo uma economia com dinâmica interna, mas com maior pressão do lado do saldo externo.

A desinflação consolidou-se ao longo do ano, com o IPC a registar uma variação média anual de 2,3%⁽³⁾ em 2025, reforçando um enquadramento mais previsível para famílias e empresas, ainda que com persistência relativa em componentes de serviços.

Em paralelo, o mercado de trabalho manteve-se sólido, com a taxa de desemprego média anual em 6,0%⁽⁴⁾, evidenciando continuidade de um mercado em quase pleno emprego e com desafios de disponibilidade de talento em vários setores, nomeadamente na saúde.

Nas finanças públicas, manteve-se a linha de orientação de disciplina e credibilidade, com a redução da dívida pública que em setembro de 2025, se situou em 97,6%⁽⁵⁾ do PIB. Confirmar valor

Em termos estruturais, permanecem questões que condicionam o potencial de crescimento: produtividade, capacidade de escalar investimento e inovação e estrangulamentos no mercado de trabalho, bem como a pressão persistente na habitação e acessibilidade, fatores que impactam competitividade, atração/retenção de talento e custos de contexto.

Setor da Saúde

O setor da saúde em Portugal apresentou, em 2025, um paradoxo de elevada exigência institucional.

Por um lado, preserva resultados globais de saúde relativamente favoráveis no contexto europeu, designadamente, uma esperança de vida à nascença de 82,7 (oitenta e dois vírgula sete) anos em 2024, cerca de 1,0 (um vírgula zero) ano acima da média da União Europeia, e níveis de mortalidade evitável e tratável que, após regressarem a padrões pré-pandémicos, se mantêm, em termos comparados, melhor que a média europeia, evidenciando desempenho relativo consistente em determinantes de saúde pública e na capacidade de resposta clínica em áreas críticas.

Por outro lado, este desempenho coexiste com pressões persistentes e de natureza estrutural sobre o acesso, a capacidade instalada e a sustentabilidade financeira do sistema de saúde. Para as unidades hospitalares, o enquadramento material é o de uma procura elevada, progressivamente mais complexa e menos previsível, em que a capacidade disponível, entendida como número de camas, número de salas



operatórias, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e, sobretudo, equipas clínicas e de suporte, constitui o fator efetivamente escasso, e em que a diferenciação decorre da consistência da execução clínica e operacional, mensurável em tempos de resposta, previsibilidade, segurança, produtividade e experiência do doente.

No eixo do acesso, subsistem constrangimentos relevantes, com expressão assimétrica entre grupos sociais e diferentes regiões, e com efeitos práticos sobre a gravidade clínica à entrada e sobre a pressão nos serviços de urgência.

A evidência estatística europeia mantém como determinantes centrais das necessidades de cuidados não satisfeitas os tempos de espera e os fatores económicos, com impacto desproporcionado nos grupos de menor rendimento.

Em Portugal, a insuficiência de resposta em medicina geral e familiar permanece como realidade material e com impacto sistémico: no início de 2025, cerca de 1,6 (uma vírgula seis) milhões de pessoas, aproximadamente 15% (quinze por cento) da população, permaneciam sem médico de família atribuído.

Em termos operacionais, o efeito é cumulativo e oneroso: o doente tende a entrar mais tarde no percurso de doença, com maior comorbilidade e maior consumo de recursos por episódio; a urgência consolida-se como porta de entrada quando o acesso nos cuidados primários não é totalmente abrangente e, em consequência, agravam-se pressões sobre circuitos, tempos de resposta, previsibilidade assistencial e continuidade clínica.

O modelo de financiamento acentua estas tensões e condiciona a elasticidade da procura, sendo particularmente relevante a persistência de uma estrutura comparativamente mais onerosa para as famílias. A tendência mantém-se, de forma estável nos últimos anos, no sentido de uma componente pública de financiamento em torno dos 62% (sessenta e dois por cento) e de um peso elevado de pagamentos diretos por parte das famílias em torno dos 30% (trinta por cento) do total, patamares que permanecem desfavoráveis em comparação com o padrão europeu.

Esta arquitetura reforça a sensibilidade ao preço e ao valor percebido, aumenta a importância da previsibilidade e da confiança e torna particularmente relevante o desenho de percursos custo efetivos e clinicamente robustos, bem como uma relação madura com financiadores.

A capacidade instalada continua a constituir uma restrição estrutural, pelo que o desempenho do sistema de saúde depende, em termos determinantes, do fluxo clínico e operacional. O controlo das taxas de ocupação, a gestão de camas, a redução de tempos de internamento evitáveis, a expansão sustentada da cirurgia em ambulatório e de modelos de curta duração e a existência de respostas efetivas de continuidade após alta são condições necessárias para mitigar estrangulamentos recorrentes e proteger segurança e experiência do doente.

A referência europeia é elucidativa quanto à ordem de grandeza do tema: em 2022, a média da União Europeia situava-se em 516 (quinhentas e dezasseis) camas hospitalares por 100 000 (cem mil) habitantes, indicador que, sem constituir objetivo em si mesmo, ilustra a materialidade do risco quando a procura cresce e a margem de capacidade é reduzida. Neste quadro, a disciplina de gestão por percurso e por episódio assume natureza crítica, com impacto direto na eficiência, na qualidade e na sustentabilidade.



O constrangimento mais material do setor é o capital humano, com desafios acrescidos nos últimos exercícios, impactando numa componente particularmente sensível: o crescimento estrutural dos custos. A escassez de profissionais de saúde (clínicos e não clínicos) limita diretamente a capacidade de resposta e a continuidade assistencial. Simultaneamente, o custo de produção tem vindo a aumentar de forma pronunciada. Em 2024, a despesa do Serviço Nacional de Saúde totalizou 15 553 (quinze mil quinhentos e cinquenta e três) milhões de euros, o que representa um crescimento de 9,1% (nove vírgula um por cento) face ao ano anterior, com destaque para a rubrica de pessoal, que cresceu 12,1% (doze vírgula um por cento), representando um acréscimo de 704 (setecentos e quatro) milhões de euros, totalizando 6 520 (seis mil quinhentos e vinte) milhões de euros. Este vetor é particularmente relevante porque o Serviço Nacional de Saúde, pela sua dimensão e pelo seu papel de referência de facto no mercado de trabalho clínico, condiciona remunerações e condições, com efeito de arrastamento sobre o custo marginal do sistema de saúde. Somando-se o recurso a trabalho suplementar, contratação externa e mecanismos de substituição, tende a elevar o custo unitário por episódio, comprimindo margens e reduzindo previsibilidade financeira, num setor em que a repercussão de preços é limitada por contratualização e por constrangimentos de natureza social e institucional. Confirmar estes valores

No que respeita à reorganização do sistema realça-se a criação e expansão de unidades locais de saúde com integração de cuidados primários e hospitalares sob governação única.

A alteração de arquitetura institucional é relevante e pode permitir ganhos de coordenação e continuidade assistencial, mas a concretização desses ganhos depende de condições exigentes, incluindo incentivos coerentes, capacidade de gestão, interoperabilidade de informação clínica, harmonização de processos, disciplina de implementação e estabilidade de equipas.

Neste contexto e em termos metodológicos, é mais rigoroso caracterizar 2025 como um período de transição e estabilização, com resultados potencialmente heterogéneos por região.

No investimento em infraestruturas e equipamento, existe uma janela de oportunidade associada ao Plano de Recuperação e Resiliência e a instrumentos de financiamento europeu, mas o fator decisivo permanece a capacidade de execução e a captura de valor do investimento.

Neste contexto, é, tecnicamente defensável assinalar que o potencial de modernização é real, mas que a sua materialização depende de governação, competência técnica, contratação, capacidade de execução e transformação organizacional.

A transformação digital permanece, por fim, como alavanca transversal com elevado potencial e, simultaneamente, com risco material de execução.

O desafio não é meramente tecnológico: é de redesenho de processos, adesão clínica, governação de dados, segurança e capacidade de converter informação em decisão e melhoria contínua. Para uma unidade hospitalar, isto traduz-se em requisitos concretos de interoperabilidade efetiva, robustez de cibersegurança, disciplina de registo e codificação e capacidade de transformar dados em ganhos mensuráveis na gestão de listas, no planeamento cirúrgico, na gestão de camas, na qualidade e numa abordagem baseada em valor.



Em síntese, o setor da saúde em Portugal atravessa uma fase de desafios, marcada por pressões estruturais: acesso condicionado por listas de espera e barreiras económicas; fragilidade nos cuidados primários, com cerca de 15% (quinze por cento) da população sem médico de família; custos com pessoal em trajetória ascendente e com expressão material, com crescimento anual de 12,1% (doze vírgula um por cento) em 2024 e uma despesa com pessoal de 6 520 (seis mil quinhentos e vinte) milhões de euros; investimento com potencial, mas dependente de execução efetiva e de disciplina de governação, com níveis de execução e pagamento do Plano de Recuperação e Resiliência. A reorganização institucional cuja eficácia será determinada pela qualidade da execução e pela estabilidade de processos e equipas.

Neste quadro, a orientação estratégica para uma unidade hospitalar exige proteger acesso e experiência, elevar produtividade e segurança clínica, assegurar talento com políticas de retenção e modelos de trabalho sustentáveis e executar transformação digital com impacto mensurável, preservando a continuidade assistencial e a sustentabilidade económico financeira sob crescente escrutínio institucional e social.

*Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde, Eurostat, Conselho das Finanças Públicas, informação pública de acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência*



Enquadramento Estratégico



4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Visão, Missão e Valores

A atuação do Hospital Cruz Vermelha assenta numa visão clara sobre o seu papel no sistema de saúde, numa Missão orientada para a excelência e humanização dos cuidados e num conjunto de valores que estruturam a sua cultura organizacional e a forma como se relaciona com doentes, profissionais e parceiros.

Estes princípios orientadores traduzem o compromisso do Hospital com a qualidade clínica, a inovação e a melhoria contínua da prestação de cuidados, promovendo simultaneamente um acesso atempado e eficiente a cuidados de saúde diferenciados. Neste contexto, o Hospital Cruz Vermelha procura contribuir para uma resposta assistencial mais próxima, acessível e centrada nas necessidades dos doentes, reforçando o seu papel no sistema de saúde.

Visão

O Hospital Cruz Vermelha tem como Visão afirmar-se como um hospital de referência na prestação de cuidados de saúde diferenciados, contribuindo de forma relevante para o sistema de saúde e assumindo-se como parceiro estratégico no desenvolvimento de soluções assistenciais de qualidade.

O hospital procura disponibilizar serviços de excelência, pautados pela proximidade, pela humanização dos cuidados e pela capacidade de responder às necessidades de saúde dos seus clientes de forma integrada e eficiente.

Missão

A Missão do Hospital Cruz Vermelha consiste em prestar cuidados de saúde com elevados padrões de excelência clínica e humanização, garantindo aos seus clientes um acesso ágil e eficiente a cuidados diferenciados.

O hospital orienta a sua atuação para a melhoria contínua da qualidade assistencial, promovendo práticas clínicas seguras, inovação na prestação de cuidados e uma experiência centrada no cliente.

Valores

A atividade do Hospital Cruz Vermelha assenta num conjunto de valores fundamentais que orientam a sua atuação institucional, a prática clínica e a relação com os seus doentes, profissionais e parceiros.



Excelência

O Hospital Cruz Vermelha orienta a sua atividade pelos mais elevados padrões de qualidade e rigor clínico, assegurando que cada momento de cuidado reflete o compromisso com a segurança, a eficácia e a melhoria contínua dos serviços prestados.

Inovação

Procuramos incorporar soluções clínicas e tecnológicas avançadas, promovendo uma cultura organizacional orientada para a evolução constante, a aprendizagem contínua e a melhoria permanente da prestação de cuidados.

Personalização e Humanização de Cuidados

Cada cliente é acompanhado de forma individualizada, com uma abordagem que respeita as suas necessidades, expectativas e dignidade, promovendo uma experiência assistencial próxima, empática e centrada na pessoa.

Ética e Integridade

A atuação do Hospital Cruz Vermelha baseia-se em princípios de transparência, responsabilidade e confiança, assegurando que todas as decisões são tomadas em conformidade com elevados padrões éticos e com o enquadramento legal aplicável.

Posicionamento Estratégico

Num contexto de elevada competitividade no setor da saúde privada, caracterizado pela presença de grandes grupos hospitalares com ofertas clínicas abrangentes, o Hospital Cruz Vermelha definiu um posicionamento estratégico diferenciado, assente num modelo assistencial integrado, centrado no doente e suportado por parcerias no ecossistema de saúde.

Este posicionamento estrutura-se em três eixos estratégicos complementares, que orientam a organização da oferta assistencial e o modelo de relação com doentes, médicos e parceiros.

Diferenciação clínica com percursos clínicos integrados

O primeiro eixo estratégico baseia-se na criação de núcleos integrados multidisciplinares, nomeadamente nas áreas do *Heart Center*, área bariátrica e urologia, permitindo estruturar a prestação de cuidados através de percursos clínicos integrados e personalizados.

Este modelo é suportado pela criação de espaços clínicos dedicados, com oferta assistencial agregada, bem como pelo desenvolvimento de parcerias com a academia e investigação clínica, reforçando a diferenciação científica e clínica do hospital.



A organização clínica incorpora ainda modelos de gestão com partilha de valor, promovendo alinhamento entre o Hospital e os profissionais de saúde. Este modelo é complementado pela implementação de um modelo clínico inovador com enfermeiro de referência, reforçando a coordenação assistencial e a continuidade dos cuidados ao longo do percurso do doente.

Personalização de cuidados numa oferta assistencial focada

O segundo eixo estratégico assenta numa oferta assistencial focada em especialidades cirúrgicas centrais, como, entre outras, Ortopedia, Oftalmologia, Cirurgia Geral, complementadas por especialidades de apoio que reforçam a abrangência e capacidade assistencial do hospital.

Este modelo é suportado por um corpo clínico dedicado e tendencialmente residente, por uma abordagem de cuidado humanizado e centrado no cliente, e por instrumentos que reforçam a personalização da experiência assistencial.

A oferta assistencial é ainda reforçada por cuidados pós-alta orientados para a continuidade dos cuidados, bem como por infraestruturas adaptadas aos circuitos clínicos, contribuindo para uma experiência assistencial diferenciada.

Hospital aberto a Médicos Externos

O terceiro eixo estratégico assenta no posicionamento do Hospital Cruz Vermelha como hospital aberto a médicos externos, reforçando a sua integração no ecossistema de prestação de cuidados de saúde.

Este modelo concretiza-se através do estabelecimento de parcerias estratégicas com médicos com “marca própria” e clínicas de ambulatório, permitindo ampliar a capacidade de resposta cirúrgica e reforçar a atratividade do hospital enquanto plataforma assistencial.

A estratégia inclui igualmente a promoção da interoperabilidade do percurso cirúrgico, assegurando maior integração entre os diferentes momentos do processo assistencial.



Governance



5. GOVERNANCE

5.1 Órgãos Sociais

Enquadramento societário

A CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A., constituída em 1998, tem por objeto a gestão e exploração de unidades de saúde, bem como a prestação de serviços hospitalares.

No âmbito da sua atividade, a Sociedade assegura, em especial, a gestão do Hospital Cruz Vermelha, nos termos do contrato de cessão de exploração celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa, entidade proprietária do imóvel que integra o estabelecimento hospitalar, com vigência até 31 de dezembro de 2050.

O capital social da Sociedade ascende a €2.500.000, integralmente subscrito e realizado em numerário, encontrando-se representado por 500.000 ações escriturais nominativas, com o valor nominal unitário de €5.

Por deliberação da Assembleia Geral de 31 de maio de 2024, os Estatutos da Sociedade foram alterados, tendo sido eliminada a disposição relativa ao direito de preferência dos acionistas na transmissão de ações, mediante revogação do respetivo artigo 6.º.

Estrutura acionista e enquadramento institucional

À data de referência do presente Relatório e Contas, o capital social da CVP-SGH é detido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com 54,98%, e pela Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., com 45,00%.

Na sequência da referida alteração estatutária, os acionistas promoveram, em 2024, um processo de consulta ao mercado com vista à alienação conjunta da totalidade das respetivas participações sociais. Nos termos do Despacho n.º 262/2025, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, o referido processo foi encerrado sem adjudicação a qualquer proponente.

A CVP-SGH reveste a natureza de sociedade anónima de direito privado, regendo-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais e demais normativos aplicáveis.

A Sociedade desenvolve a sua atividade no sector privado da saúde, em ambiente concorrencial e com referência a condições de mercado, designadamente quanto à origem da sua faturação e à estrutura de preços praticada. A maioria da faturação da CVP-SGH tem origem em entidades não públicas, sendo os preços praticados comparáveis aos observados no mercado privado concorrencial.

Em 2023, o Tribunal de Contas retirou a CVP-SGH do universo das entidades públicas reclassificadas (EPR) abrangidas pelo perímetro da Conta Geral do Estado, com referência ao exercício de 2022.



Modelo de governação

O modelo de governação da Sociedade assenta numa estrutura composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Fiscal Único. No âmbito da organização interna da Sociedade, encontram-se ainda instituídas uma Comissão Executiva, no quadro da delegação da gestão corrente pelo Conselho de Administração, e uma Comissão de Remunerações, designada pela Assembleia Geral.

Os titulares dos órgãos sociais em funções exercem mandato correspondente ao triénio 2025-2027.

Esta estrutura visa assegurar a adequada distinção entre funções deliberativas, de administração, de gestão executiva e de fiscalização, em conformidade com o quadro legal e estatutário aplicável e com as exigências inerentes à atividade desenvolvida pela Sociedade.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por todos os acionistas com direito de voto, correspondendo um voto a cada cinquenta ação.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos por períodos de três anos civis, renováveis.

A Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2025-2027, tem a seguinte composição:

Presidente – Luís Eduardo da Silva Barbosa

Secretário – Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro

Conselho de Administração

A administração da Sociedade compete a um Conselho de Administração, composto por um mínimo de cinco e um máximo de sete membros, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral por mandatos de três anos civis, renováveis.

Nos termos dos Estatutos, enquanto a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa mantiver a qualidade de acionista da Sociedade, o cargo de Presidente do Conselho de Administração é exercido, por inerência, pelo/a Provedor/a da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ou por quem este/a indicar.

Ao Conselho de Administração competem os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade, cabendo-lhe praticar todos os atos e exercer todas as funções necessárias à prossecução do objeto social.

Nos termos do respetivo Regulamento, o Conselho de Administração reserva para si, não delegando, as matérias de especial relevância estratégica e institucional, designadamente a aprovação das políticas e estratégias gerais da Sociedade, a supervisão da respetiva execução e a aprovação da proposta de Plano Estratégico a submeter à apreciação dos acionistas em Assembleia Geral.



No âmbito da delegação de poderes efetuada pelo Conselho de Administração, a gestão corrente da Sociedade encontra-se cometida a uma Comissão Executiva, à qual compete assegurar a condução operacional da atividade, nos termos definidos nos instrumentos internos aplicáveis e sem prejuízo das matérias reservadas ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, para o triénio 2025-2027, tem a seguinte composição:

Presidente – Luís Filipe da Conceição Pereira

Vice-Presidente – Maria do Carmo Neves da Silva Rua da Silva

A Comissão Executiva, no âmbito do triénio 2025-2027, tem a seguinte composição:

Presidente – Pedro de Albuquerque Tomás Mateus

Vogal – Maria Ana Ferrão de Castello Branco da Motta

Vogal – Elisabeth Silva de Albuquerque

Fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, o qual deve revestir a qualidade de Revisor Oficial de Contas ou de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nos termos legais aplicáveis.

O Fiscal Único e o respetivo suplente são eleitos pela Assembleia Geral por mandatos de três anos civis, renováveis.

Compete ao Fiscal Único exercer as funções de fiscalização previstas na lei e nos Estatutos, acompanhando a regularidade da gestão societária, a conformidade legal e estatutária da atuação dos órgãos sociais e a fiabilidade da informação financeira produzida.

O cargo de Fiscal Único, para o triénio 2025-2027, é exercido por Vítor Almeida e Associados.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações, designada pela Assembleia Geral, é responsável pela fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo, quando aplicável, os respetivos benefícios complementares.

A Comissão de Remunerações, para o triénio 2025-2027, tem a seguinte composição:

Paulo Alexandre Duarte de Sousa – Provedor da Santa Casa da Misericórdia

Joaquim António Pereira Cadete – Presidente da Parpública

O modelo de governação da CVP-SGH assenta numa estrutura de governo societário que assegura a clara segregação entre as funções deliberativas, de administração, de gestão executiva e de fiscalização, em conformidade com o enquadramento legal e estatutário aplicável.



5.2 *Comissões Hospitalares*

Comissão de Ética para a Saúde (CES)

Comissão de Qualidade e Segurança do Doente

Estrutura Local do PPCIRA (Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e Resistência aos Antimicrobianos)

Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)

Comissão de Hemovigilância / Medicina Transfusional

Gabinete / Comissão de Gestão do Risco Clínico

Comissão de Humanização

Encarregado de Proteção de Dados (EDP)

Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho

Comissão de Resíduos Hospitalares

Comissão de Catástrofe / Plano de Emergência Interno

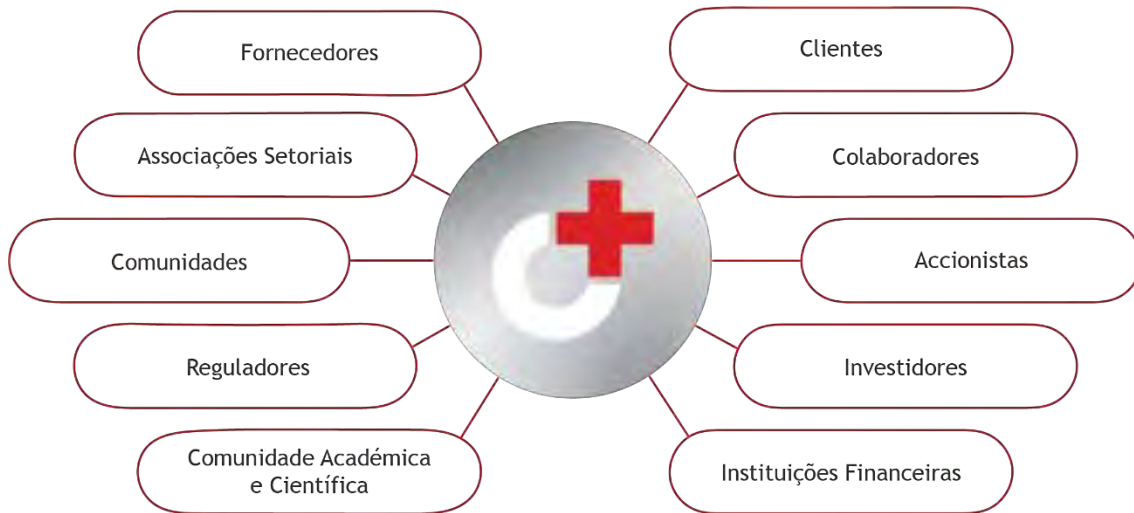


Principais Stakeholders



6. PRINCIPAIS STAKEHOLDERS

O Hospital Cruz Vermelha valoriza um diálogo permanente com os seus *stakeholders*, assente na escuta ativa, na proximidade e na resposta às suas necessidades e expectativas.





Atividade,
Transformação e Criação
de Valor em 2025



7. ATIVIDADE, TRANSFORMAÇÃO E CRIAÇÃO DE VALOR EM 2025

O ano de 2025 ficou marcado por um conjunto de iniciativas orientadas para o reforço da capacidade assistencial, a melhoria da eficiência operacional e financeira e a consolidação dos instrumentos de governação e qualidade do Hospital Cruz Vermelha.

Num contexto de crescente exigência regulatória, tecnológica e competitiva no setor da saúde, o Hospital desenvolveu um conjunto de transformações estruturantes com impacto direto na diferenciação clínica, na previsibilidade da atividade e na sustentabilidade do modelo assistencial.

A atuação ao longo do exercício enquadrou-se em quatro prioridades estratégicas: (1) reforçar a capacidade e diferenciação clínica, (2) melhorar a eficiência e disciplina operacional, (3) acelerar a modernização tecnológica e (4) consolidar os instrumentos de governação e desenvolvimento organizacional.

Reforçar a capacidade e diferenciação clínica

Ao longo de 2025, o Hospital Cruz Vermelha promoveu um reforço relevante da sua capacidade assistencial e da atratividade clínica do Hospital.

O fortalecimento do corpo clínico em especialidades nucleares, particularmente em áreas cirúrgicas e de elevada diferenciação, permitiu ampliar o potencial de produção assistencial e reforçar a capacidade de resposta a diferentes segmentos de procura.

Em paralelo, foi promovida uma maior articulação entre a atividade clínica e os circuitos de referência e sinistros, contribuindo para uma maior previsibilidade de volume e para uma estabilização progressiva do fluxo de produção cirúrgica e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Neste contexto, a entrada em funcionamento do Hospital de Dia constituiu um passo relevante na evolução do modelo assistencial. A criação de uma unidade dedicada a tratamentos programáveis em regime ambulatorio permitiu aumentar a eficiência na utilização da capacidade instalada, reduzir pressão sobre áreas de internamento e libertar recursos para episódios de maior complexidade clínica.

Melhorar a eficiência e disciplina operacional

Durante o exercício foram implementadas diversas iniciativas orientadas para o reforço da eficiência operacional e da disciplina de gestão.

A reorganização de circuitos assistenciais e administrativos, bem como a introdução de instrumentos de gestão mais estruturados, contribuíram para aumentar a previsibilidade da atividade, melhorar o controlo operacional e reforçar a consistência na prestação de cuidados.

No plano financeiro, foram igualmente desenvolvidas iniciativas relevantes de melhoria do ciclo de receita e de gestão administrativa, com impacto positivo na previsibilidade financeira e na proteção da margem operacional.



Simultaneamente, foram reforçados mecanismos de gestão de compras, negociação com fornecedores e controlo de custos, contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos e para a sustentabilidade económica da atividade hospitalar.

Acelerar a modernização tecnológica

A modernização tecnológica constituiu igualmente um eixo relevante de transformação ao longo de 2025.

Foram implementadas evoluções significativas em sistemas de informação clínicos e administrativos, incluindo melhorias em plataformas de imagiologia, integração de dados clínicos e digitalização progressiva de circuitos assistenciais e administrativos.

Estas iniciativas contribuíram para melhorar a qualidade e disponibilidade da informação clínica, reduzir tarefas manuais e reforçar a eficiência operacional.

Em paralelo, foi realizado um diagnóstico estruturado da arquitetura tecnológica do Hospital e definido um plano de transformação digital que suportará a evolução do modelo assistencial e organizacional nos próximos anos.

Consolidar governação, qualidade e desenvolvimento organizacional

Ao longo de 2025 foi igualmente reforçada a governação clínica e os instrumentos de monitorização da qualidade assistencial.

Foram consolidados mecanismos de supervisão clínica, revisão sistemática de protocolos e auditoria interna, reforçando a rastreabilidade e robustez dos circuitos assistenciais.

Simultaneamente, foram desenvolvidos instrumentos de monitorização da experiência do cliente baseados em indicadores de satisfação e recomendação por área assistencial, permitindo reforçar a gestão baseada em dados e orientar iniciativas de melhoria ao longo do percurso assistencial.

A valorização das equipas constituiu igualmente um eixo central da transformação organizacional. Foram reforçados instrumentos de gestão de carreiras e desenvolvimento de talento, bem como iniciativas de capacitação profissional e melhoria de processos internos, contribuindo para o alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos do Hospital.

Finalmente, foi reforçada a estrutura de governação e controlo interno, designadamente através da criação da Direção Legal e de *Compliance*, consolidando os mecanismos de gestão de risco regulatório, proteção de dados e integridade organizacional.

Em síntese, as iniciativas desenvolvidas em 2025 permitiram reforçar simultaneamente a capacidade assistencial, a eficiência operacional e a robustez dos mecanismos de governação do Hospital Cruz Vermelha, criando bases sólidas para uma trajetória de crescimento sustentado, maior diferenciação clínica e geração consistente de valor para doentes, profissionais e parceiros institucionais.



Perspetivas
para 2026



8. PERSPETIVAS PARA 2026

A estratégia para 2026 assenta na consolidação das transformações iniciadas em 2025 e na criação de condições para uma nova fase de crescimento sustentável da atividade assistencial.

Desenvolvimento Clínico e Capacidade Assistencial

Entre as prioridades clínicas, destacam-se a consolidação de equipas médicas em áreas estratégicas, e o robustecimento de núcleos assistenciais integrados que reforcem a diferenciação clínica do Hospital.

Será igualmente promovido o desenvolvimento de parcerias clínicas e científicas com elevado valor acrescentado, incluindo a criação de condições para o desenvolvimento de investigação clínica, e crescimento dos ensaios clínicos.

Transformação Digital

A implementação de um sistema integrado de gestão hospitalar, suportado por um novo *Enterprise Resource Planning* (ERP), constitui uma das principais prioridades estratégicas para 2026.

Estes sistemas passarão a funcionar como a espinha dorsal tecnológica do Hospital, suportando de forma integrada a atividade assistencial, os fluxos financeiros e os processos de suporte à operação, servindo de alavanca ao processo de transformação clínica, organização de processos e mudança cultural do Hospital.

A sua implementação permitirá reforçar a jornada digital do cliente, potenciar os canais digitais de interação e introduzir instrumentos avançados de monitorização e gestão baseados em dados, contribuindo para maior eficiência operacional, qualidade da informação e capacidade de decisão.

Eficiência Financeira e Sustentabilidade

No plano financeiro, o Hospital continuará a aprofundar a disciplina de gestão do ciclo de receita, reforçar a monitorização de margens por entidade financiadora e por ato médico, consolidar acordos comerciais estratégicos e promover uma reestruturação definitiva da dívida bancária.

Pessoas e Organização

A valorização das equipas continuará a assumir um papel central na execução estratégica, através de instrumentos de gestão e de retenção de talento, desenvolvimento das equipas e consolidação de uma cultura organizacional orientada para resultados, colaboração e transformação.



Infraestruturas e Resiliência Operacional

No domínio das infraestruturas, 2026 será marcado por um programa de atualização e modernização das instalações hospitalares, bem como pelo reforço do investimento em equipamentos clínicos, com o objetivo de assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade assistencial e reforçar o posicionamento do Hospital como opção mais atrativa para profissionais de saúde e para o mercado privado.



Eventos
Subsecuentes



9. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2025 e até à data de emissão das presentes demonstrações financeiras, registaram-se eventos subsequentes relevantes que, não alterando os valores reconhecidos à data de 31 de dezembro de 2025, justificam divulgação pelo seu potencial impacto na atividade, no desempenho e/ou na posição financeira do Hospital Cruz Vermelha (“Hospital” ou “Sociedade Gestora”) em 2026.

Em particular, ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2026, as tempestades/depressões Kristin, Joseph e Leonardo provocaram danos e perturbações nas infraestruturas do *campus* hospitalar, com incidência em áreas técnicas e de suporte operacional (incluindo, entre outros, coberturas, zonas exteriores, acessos e infraestruturas de apoio), com reflexos temporários na normalidade de alguns circuitos internos e externos. Em resposta, foram ativadas medidas de emergência e planos de contingência, em estreita articulação com a Proteção Civil, com o objetivo de salvaguardar pessoas, bens e a garantia de continuidade da prestação de cuidados, incluindo ações de mitigação imediata, reforço de segurança e controlo de acessos, intervenções provisórias de estabilização, reposição faseada de condições de operação e monitorização técnica das áreas afetadas.

O Hospital confirma que, no decurso destes eventos, foram desencadeados os procedimentos de participação e regularização junto das seguradoras, com execução dos mecanismos de cobertura aplicáveis.

Sem prejuízo do acompanhamento em curso dos processos de sinistro (nomeadamente quanto a prazos, perímetros de cobertura, franquias e quantificação final), a Administração entende que estes eventos não configuram, por si, uma condição existente à data de 31 de dezembro de 2025 que determine ajustamentos às quantias reconhecidas nessa data; constituem, contudo, um evento subsequente não ajustável com potencial impacto em 2026 ao nível de (i) custos de reparação e reposição, (ii) eventuais necessidades de CAPEX adicional para reforço de resiliência e mitigação de risco, (iii) custos operacionais incrementais associados a medidas temporárias e (iv) gestão de capacidade e fluxo assistencial durante a fase de normalização.

Adicionalmente, estas depressões e os seus efeitos agregados têm vindo a ser enquadrados pela Administração como um fator de risco macroeconómico para 2026, atendendo ao impacto esperado na despesa pública (reparações e apoios), com provável pressão sobre o equilíbrio orçamental e, por arrastamento, sobre condições financeiras e expectativas económicas.

Após 31 de dezembro de 2025, verificou-se também um agravamento do contexto geopolítico internacional associado à guerra no Irão, com aumento da incerteza quanto à estabilidade regional e aos corredores energéticos e logísticos, potenciando volatilidade nos preços de energia e matérias-primas, perturbações em cadeias de abastecimento e pressão crescente sobre condições financeiras, inflação e confiança de consumidores e empresas.



A Administração acompanha de forma contínua a evolução desta conjuntura, avaliando os seus efeitos potenciais, diretos e indiretos, sobre custos operacionais e de aprovisionamento, disponibilidade de fornecimentos críticos, comportamento da procura e eventuais impactos em pagamentos por entidades financiadoras, considerando igualmente o risco de deterioração do enquadramento macroeconómico, com a possível contração do consumo.

À data, não é possível quantificar com fiabilidade o impacto económico final destes desenvolvimentos; contudo, a Administração entende que se trata de um evento subsequente não ajustável, que pode ter efeitos relevantes em 2026, mantendo-se acionadas medidas de mitigação e contingência, designadamente monitorização de fornecedores e *stocks* críticos, revisão de planos de continuidade e mecanismos de controlo de custos, sem prejuízo da normal prossecução da atividade assistencial e do cumprimento dos deveres de prestação de cuidados de saúde.

A Administração considera igualmente plausível um efeito indireto na procura de serviços clínicos, na medida em que a degradação de confiança e a contração do consumo podem influenciar e/ou adiar decisões de utilização de cuidados, em particular nas componentes mais sensíveis ao rendimento disponível em especialidades como cirurgia plástica, medicina dentária e procedimentos eletivos.

A Administração fará um acompanhamento da evolução do contexto económico e institucional, adotando medidas de mitigação sempre que necessário para assegurar a continuidade assistencial, a segurança e a sustentabilidade operacional.

Para além do descrito, não são conhecidos, à data de emissão das presentes demonstrações financeiras, outros eventos subsequentes que, individual ou conjuntamente, tenham um impacto significativo que imponha ajustamentos ou divulgações adicionais relativamente às demonstrações financeiras reportadas em 31 de dezembro de 2025.



10
Agradecimentos



10. AGRADECIMENTOS

A Administração do Hospital Cruz Vermelha aproveita o presente relatório para agradecer a todos os seus clientes, fornecedores, parceiros e demais entidades com que se relaciona, pela preferência e confiança nos nossos serviços.

A toda a equipa do Hospital Cruz Vermelha, a Administração agradece, reconhecida, o empenhamento, dedicação, profissionalismo e espírito abnegado com que cuidou dos clientes em mais um ano particularmente difícil e desafiante.

Aos acionistas é devido um agradecimento pelo apoio na execução da atividade do Hospital num ano de transformação e desafios.



Proposta de Aplicação dos Resultados



11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2025 totalizou o montante negativo de € 3.814.003,28 conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras seguidamente apresentadas.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que seja aprovado o presente Relatório de Gestão e Contas relativamente ao Exercício de 2025, e que ao resultado negativo apurado, no montante de € 3.814.003,28, seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados: € 3.814.003,28.



Demonstrações
Financeiras



12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contas & Anexo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/dez/25	31/dez/24
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	17 801 025	18 696 113
Ativos intangíveis	7	831 345	246 433
Participações financeiras - método eq. patr.	8	-	1 364 222
Outros investimentos financeiros	9	111 202	108 552
Ativos por impostos diferidos	10	8 660 953	9 586 424
Total do ativo não corrente		27 404 525	32 001 744
Ativo corrente			
Inventários	11	895 780	845 392
Clientes	12	15 471 804	15 920 126
Adiantamentos a fornecedores	21	63 694	95 937
Estado e outros entes públicos	23	-	62 761
Outros créditos a receber	13	1 307 271	1 492 633
Diferimentos	14	64 016	112 524
Caixa e depósitos bancários	4	1 519 853	119 751
Total do ativo corrente		19 322 418	18 649 124
Total do Ativo		46 726 943	50 650 868
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	2 500 000	2 500 000
Outros instrumentos de capital próprio	15	25 766 072	25 766 072
Reservas legais	17	559 674	559 674
Outras reservas	17	234 621	234 621
Resultados transitados		(24 197 755)	(20 760 865)
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	16	26 789	174 862
Resultado líquido do período		(3 814 003)	(3 573 481)
Total do capital próprio		1 075 398	4 900 882
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	332 798	439 896
Financiamentos obtidos	19 e 20	22 079 001	22 368 559
Total do passivo não corrente		22 411 799	22 808 455
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	8 234 496	7 133 426
Adiantamentos de clientes	12	453 837	443 657
Estado e outros entes públicos	23	389 050	370 626
Financiamentos obtidos	19 e 20	7 321 274	7 353 418
Outras dívidas a pagar	22	6 841 089	7 640 307
Diferimentos	24	-	96
Total do passivo corrente		23 239 746	22 941 530
Total passivo		45 651 545	45 749 985
Total capital próprio e passivo		46 726 943	50 650 868

À Administração

41
B
ps



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	27	36 473 692	35 811 682
Subsídios à exploração	35	-	10 521
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	8	535 778	217 524
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	(7 247 661)	(7 509 138)
Fornecimentos e serviços externos	28	(19 170 641)	(18 155 042)
Gastos com o pessoal	29	(11 881 245)	(11 718 737)
Imparidade de inventário (perdas/reversões)	11	36 405	25 846
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	889 238	317 734
Provisões (aumentos/reduções)	18	(36 578)	(105 710)
Aumentos/reduções de justo valor		2 651	-
Outros rendimentos	30	3 071 696	3 122 222
Outros gastos	31	(2 277 737)	(2 440 424)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		395 599	(423 522)
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	32	(1 695 374)	(1 664 245)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 299 775)	(2 087 767)
Juros e rendimentos similares obtidos	33	56 453	3 600
Juros e gastos similares suportados	34	(1 631 008)	(1 660 947)
Resultado antes de impostos		(2 874 330)	(3 745 113)
Imposto estimado para período	10	(14 202)	(8 661)
Imposto diferido	10	439 038	628 204
Imposto Diferido de Anos Anteriores	10	(1 364 509)	(447 911)
Resultado líquido do exercício		-3 814 003,28	-3 573 481,27


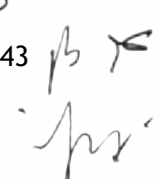


DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	36 932 098	36 330 027
Pagamentos a fornecedores	(24 549 140)	(24 728 353)
Pagamentos ao pessoal	(11 957 150)	(31 838 008)
Caixa gerada pelas operações	425 809	(236 334)
Pagamento/recbimento do imposto sobre o rendimento		19 790
Outros recebimentos/pagamentos	1 985 073	937 695
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2 410 882	721 151
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(2 766 417)	(5 435 087)
Activos intangíveis	(371 653)	(203 807)
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	3 900 000	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	3 600
Dividendos	-	177 479
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	759 930	(5 458 815)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	-
Juros e ganhos similares	-	-
Recapitalização accionista	999 893	8 571 677
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1 321 595)	(2 346 739)
Juros e gastos similares	(1 449 008)	(1 440 370)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(1 770 710)	4 784 568
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 400 101	46 904
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	119 751	72 847
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 519 853	119 751

A administração


43 



**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS PERÍODOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

(Montantes expressos em Euros)

Índices	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											
	15,16,17	Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajust em activos financeiros	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
aido em 31 de Dezembro de 2023	15,16,17	2.500.000	25.766.072	559.674	234.621	(16.572.170)	135.806	38.271	(4.188.694)	8.473.579	-	8.473.579
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de variações em capitais próprios de participadas		-	-	-	-	-	785	-	-	785	-	785
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados do exercício de 2023		-	-	-	-	(4.188.694)	-	-	4.188.694	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(4.188.694)	785	-	4.188.694	785	-	785
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(3.573.481)	-	-	(3.573.481)	(3.573.481)	-	(3.573.481)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	615.213	-	-	615.213	(3.572.697)	-	(3.572.697)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
aido em 31 de Dezembro de 2024	15,16,17	2.500.000	25.766.072	559.674	234.621	(20.760.865)	136.591	38.271	(3.573.481)	4.900.882	-	4.900.882
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de variações em capitais próprios de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados do exercício de 2024		-	-	-	-	(3.573.481)	-	-	3.573.481	-	-	-
Realização da participações alienadas		-	-	-	-	136.591	(136.591)	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	(11.481)	-	(11.481)	-	(11.481)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(3.436.890)	(136.591)	(11.481)	3.573.481	(11.481)	-	(11.481)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(3.814.003)	-	-	(3.814.003)	(3.814.003)	-	(3.814.003)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	(240.522)	-	-	(240.522)	(3.825.484)	-	(3.825.484)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
aido em 31 de Dezembro de 2025	15,16,17	2.500.000	25.766.072	559.674	234.621	(24.197.755)	-	26.789	(3.814.003)	1.075.398	-	1.075.398

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

A Administração



2. Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1 Nota Introdutória

A CVP- Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (“CVP-SGH”), é uma sociedade anónima, constituída em 1998, em Lisboa.

A CVP-SGH tem por objeto a gestão e exploração de unidades de saúde, bem como a prestação de serviços hospitalares, podendo ainda participar em sociedades cujo objeto seja similar ou complementar da atividade por si prosseguida.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2026, estando ainda sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, a sua posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa gerados no período.

2.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na sua redação atual, incluindo as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 73/2023, de 23 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 126-B/2025, de 5 de dezembro. A preparação das demonstrações financeiras observou igualmente a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e as Normas Interpretativas (“NI”) homologadas pelos Avisos n.º 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, bem como as alterações subsequentes, incluindo a alteração à NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento, homologada pelo Aviso n.º 3055/2025/2, de 3 de fevereiro de 2025, aplicável aos períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “NCRF”.

2.2.2 Disposições do SNC derrogadas no período

No período corrente não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.



2.3 Principais Políticas Contabilísticas

2.3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Com a recapitalização da sociedade no valor de 25.766.072 euros (11.166.072 em 2024 e 14.600.000 euros em 2022) e a expressiva recuperação do resultado operacional em 2025, as demonstrações financeiras evidenciam uma melhoria da situação financeira, apesar dos resultados negativos gerados nos últimos anos. Os dois acionistas de referência, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Parpública, mantém o compromisso de recapitalização, visando não só assegurar a continuidade da atividade, mas também permitir conter o nível de endividamento e a realização de novos investimentos, conjugado com a implementação de um quadro estratégico de recuperação operacional, assente no aumento das receitas e otimização de custos.

Por esta razão, o Conselho de Administração, sustentado igualmente na posição que lhe tem sido transmitida pelos seus acionistas, entende que está assegurado o cumprimento dos pressupostos necessários para a assunção do princípio da continuidade das operações que foi assumido na elaboração das demonstrações financeiras.

2.3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas e subsidiárias, que existiram até meados de 2025, são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos capitais próprios das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existirem.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados das subsidiárias e associadas excede o valor pelo qual o respetivo investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da entidade, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária ou associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.



2.3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera vir a incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

2.3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

2.3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados referem-se a licenças de software que não têm carácter de anualidade e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos.



As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

2.3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo, ou da unidade geradora de caixa, consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na respetiva rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

2.3.7 Periodização económica

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de períodos, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros são registados em rubricas de acréscimos, integradas em Outras Contas a Pagar e a Receber.



As despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Diferimentos.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal (i) e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

2.3.8 Inventários

Os inventários respeitam, essencialmente, a medicamentos e outros materiais de consumo clínico e são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. O método de custeio das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o do custo médio ponderado de aquisição.



2.3.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados ao custo ou ao custo amortizado.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro, ou um passivo financeiro, é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Acionistas/sócios;
- Financiamentos concedidos (outros ativos financeiros);
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Não foram reconhecidos quaisquer ativos ou passivos ao custo amortizado.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.



Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor desse ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados, na rubrica “Perdas por imparidade”, no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.3.10 Subsídios recebidos

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.



Os subsídios de entidades públicas, nacionais ou comunitárias, associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, enquanto os subsídios recebidos de entidades privadas são registados inicialmente na rubrica de “rendimentos diferidos”. Subsequentemente, estes subsídios são imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios recebidos são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios recebidos que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

2.3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes dessas atualizações são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

2.3.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As provisões para reestruturação são reconhecidas apenas quando a Empresa desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação e inicia a implementação do mesmo ou anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.



Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.3.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é registado líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



2.3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos na data em que são incorridos.

2.3.15 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.3.16 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras referem-se, sobretudo:

- Ao montante das provisões registadas para processos judiciais em curso, sendo que as mesmas decorrem da estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade;
- Ao valor das perdas por imparidade registadas para contas a receber, tendo estas sido apuradas com base em critérios económicos e fiscais, bem como da expectativa de cobrança decorrente de acordos realizados com clientes. Desta análise resulta o reconhecimento de perdas por imparidades acumuladas no montante de 7.003.776 euros (7.893.014 euros em 2024), dos quais 4.154.745 euros (4.154.745 euros em 2024) referem-se à dívida do cliente ARSLVT - Acordo de Cooperação.



2.4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, têm a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Numerário	29.906	6.569
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.489.947	113.182
Caixa e seus equivalentes	1.519.853	119.751

O saldo de Numerário a 31.12.2025 inclui recebimentos por via de factoring que serão regularizados em janeiro de 2026, e que estão valorizados em 22.063 euros.

O saldo de caixa e bancos são reflexo de todos os fluxos de entrada e saída de fundos ocorridos durante o ano de 2025.

2.5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

2.5.1 Alterações às normas contabilísticas de relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados

2.5.2 Alterações nas Políticas Contabilísticas

Durantes os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas.

2.6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Período 2025							
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo Bruto:							
Saldo final 31.12.2024	21.375.963	27.027.900	728	2.089.158	372.393	147.600	51.013.742
Aquisições	151.209	380.307	18.500	21.782	6.376	135.743	711.379
Alienações	-	-	-	(1.046)	-	-	(1.046)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de prop. investimento	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(120.505)	-	(11.949)	(294)	-	(132.748)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2025	21.529.172	27.287.762	15.828	2.096.346	377.475	283.343	51.589.726
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo final 31.12.2024	10.277.136	19.831.821	91	1.864.818	344.465	-	32.317.629
Depreciações do período	393.075	958.511	7.453	44.870	6.626	-	1.404.036
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	(1.143)	-	-	(1.143)
Abates	-	(118.912)	-	(12.594)	(294)	-	(131.800)
Outras variações	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Saldo final 31.12.2025	10.870.211	20.670.721	2.044	1.895.948	349.777	-	33.788.701
Ativo líquido em 31.12.2025	10.658.962	6.617.041	13.583	200.397	27.698	283.343	17.801.025

Período 2024							
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo Bruto:							
Saldo final 31.12.2023	18.201.447	26.034.006	-	2.024.189	355.108	147.600	46.762.350
Aquisições	1.174.517	997.993	728	87.783	98.128	-	4.259.108
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de prop. investimento	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(4.059)	-	(17.814)	(843)	-	(22.716)
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2024	21.375.963	27.027.900	728	2.089.158	372.393	147.600	51.013.742
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo final 31.12.2023	9.671.569	15.891.667	(0)	1.828.277	340.707	-	16.732.220
Depreciações do período	605.567	943.593	91	54.253	4.370	-	1.607.974
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(4.139)	-	(17.814)	(612)	-	(22.565)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2024	10.277.136	19.831.121	91	1.864.818	344.465	-	32.317.629
Ativo líquido em 31.12.2024	11.098.828	7.196.779	637	224.342	27.928	147.600	18.696.113

Salienta-se que os montantes registados na rubrica “Edifícios e outras construções” referem-se a obras e beneficiações realizadas nas instalações do Hospital, cujo edifício é propriedade da Cruz Vermelha Portuguesa.

No contrato de compra e venda de ações, assinado no final de 2020, entre a Cruz Vermelha Portuguesa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ambas concordaram na alteração dos termos do contrato de cessão de exploração celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa, prorrogando o prazo do mesmo até 31 de dezembro de 2050, e limitando o direito de reversão a um conjunto limitado de equipamentos devidamente identificados, que no final do período de exploração, se apresentarem valor líquido positivo, deverão ser transferidos para esta entidade pelo respetivo montante de aquisição, líquido de depreciações e imparidades acumuladas registadas.



Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos	
	Taxas máximas	Taxas mínimas
Edifícios e outras construções	4 a 20	8 a 40
Equipamento básico	3 a 20	6 a 40
Equipamento de transporte	4 a 8	8 a 16
Equipamento administrativo	3 a 20	6 a 40
Outros ativos fixos	4 a 20	8 a 40




Os bens cuja vida útil se prolonga para além da duração do contrato de cessão de exploração do Hospital Cruz Vermelha são depreciados de acordo com os critérios anteriormente definidos, uma vez que a reversão para a Cruz Vermelha Portuguesa, de acordo com o contrato de cessão de exploração, será pelo seu valor líquido à data da reversão.

As depreciações do período, no montante de 1.604.036 euros (1.607.974 euros em 2024), foram registadas na rubrica de “gastos de depreciações e de amortizações”.

2.7. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Período 2025					Total
	Propri. Int. e Outros Direitos	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso		
Ativo bruto:						
Saldo final 31.12.2024	20.773	1.038.810	569.348	-	-	1.628.932
Aquisições	-	227.977	5.474	442.800	-	676.250
Abates	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2025	20.773	1.266.787	574.822	442.800	-	2.305.182
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo final 31.12.2024	20.773	792.377	569.348	-	-	1.382.499
Depreciações do período	-	90.425	972	-	-	91.338
Abates	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2025	20.773	882.803	570.261	-	-	1.473.837
Ativo líquido em 31.12.2025						
	-	383.984	4.561	442.800	-	831.345



 57 



Período 2024					
	Propri. Ind. e Outros Direitos	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:					
Saldo final 31.12.2023	20.773	835.004	569.348	-	1.425.125
Adições	-	203.806	-	-	203.806
Abates	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2024	20.773	1.038.810	569.348	-	1.628.932
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo final 31.12.2023	20.773	736.107	569.348	-	1.326.228
Depreciações do período	-	56.271	-	-	56.271
Abates	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2024	20.773	792.377	569.348	-	1.382.499
Ativo líquido em 31.12.2024	-	246.433	-	-	246.433

Em 2025 verificaram-se aumentos significativos na rubrica de Software, decorrentes do investimento realizado em diversas aplicações informáticas. No final do período, encontra-se registado em Ativos Intangíveis em Curso o montante de 442.800€, correspondente aos desenvolvimentos em curso relacionados com a implementação do software I'M THOM.

Os ativos intangíveis de vida útil finita são depreciados de acordo com método de depreciação de taxas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos	
	Taxas máximas	Taxas mínimas
Programas de computador (Software)	3	6

As depreciações do período, no montante de 91.338 euros (56.271 euros em 2024), foram registadas na rubrica de “gastos de depreciações e de amortizações”.

2.8. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a CVP-SGH detém os seguintes investimentos em participações financeiras:

	Valor Participação	Imparidade	Saldo em 31.12.2025	% Part.	Capital Próprio	Res. Líq. Exercício	Ano
Investimentos em associadas:							
Soc Portuguesa de Diálise	-	-	-	0,00%	-	-	2025
	-	-	-				
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES PELO MÉTODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	-	-	-				



	Valor Participação	Imparidade	Saldo em 31.12.2024	% Part.	Capital Próprio	Res. Líq. Exercício	Ano
Investimentos em associadas							
Soc Portuguesa de Diálise	3.364.222	-	3.364.222	14,90%	22.578.669	1.459.894	2024
	3.364.222	-	3.364.222				
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES PELO MÉTODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	3.364.222	-	3.364.222				

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, bem como das respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Período 2025		
	Método equiv. patrimonial	Total
Saldo inicial	3.364.222	3.364.222
Alienações	(3.364.222)	(3.364.222)
Saldo final	-	-
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	-	-
Saldo final	-	-

Período 2024		
	Método equiv. patrimonial	Total
Saldo inicial	3.321.972	3.321.972
Outros Ajustamentos	785	785
Dividendos	(176.059)	(176.059)
Resultados de equivalência patrimonial	217.524	217.524
Saldo final	3.364.222	3.364.222
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	-	-
Saldo final	-	-
	3.364.222	3.364.222



Em 2025, os movimentos registados na rubrica limitaram-se à alienação da participação de 14,90% na Sociedade Portuguesa de Diálise, pelo montante de 3.900.000€. Esta operação originou um ganho de 535.778€, reconhecido em ‘Ganhos/ (perdas) imputados de subsidiárias e associadas’, conforme se apresenta de seguida, bem como a respetiva comparação com o período homólogo:

	Período 2025	Período 2024
Gastos e perdas		
Aplicação do método de equiv patrimonial	-	-
Alienação da participação	-	-
Rendimentos e ganhos		
Aplicação do método de equiv patrimonial	-	217.524
Alienação da participação	535.778	-
	<u>535.778</u>	<u>217.524</u>

2.9. Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Outros investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

Natureza	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Outros activos financeiros		
Lisgarante	30.000	30.000
Fundo Compensação Trabalho	81.202	78.552
TOTAL	111.202	108.552

Os outros investimentos financeiros correspondem a 30.000 ações da sociedade Lisgarante, de valor nominal de 1 euro, depositadas nas instituições bancárias Caixa Geral de Depósitos (10.000 ações) e Millennium BCP (22.420 ações), bem como às contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 81.202 euros, correspondentes a 70.304 unidades de participação, valorizadas ao valor nominal em 31 de dezembro de 2025.

De acordo com a Recomendação da CNC, as entidades devem avaliar a recuperabilidade dos montantes registados, considerando as limitações legais à mobilização e os prazos de utilização. Neste âmbito, foi efetuado o teste de imparidade ao ativo, não tendo sido identificados indícios que comprometam a recuperabilidade integral do respetivo valor.



2.10. Imposto sobre o Rendimento

Em 2025, a Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), cuja taxa geral se mantém em 20% para o período, nos termos do artigo 87.º do Código do IRC, antes da entrada em vigor da redução progressiva prevista na Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro. A esta taxa acresce a derrama municipal, à taxa de 1,5%.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros incide derrama estadual, às taxas previstas no artigo 87.º-A do CIRC:

- 3% entre 1.500.000€ e 7.500.000€;
- 5% entre 7.500.000€ e 35.000.000€;
- 9% acima de 35.000.000€.

Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre determinados encargos, às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de inspeção e correção pelas autoridades tributárias num prazo geral de quatro anos (cinco anos no caso da Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios de 2021 a 2025 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

Relativamente à dedução de prejuízos fiscais, e conforme o artigo 52.º do CIRC, não existe atualmente limite temporal para a sua utilização, mantendo-se, contudo, o limite de dedução de 65% do lucro tributável em cada período.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções decorrentes de revisões ou inspeções não terão impacto material nas demonstrações financeiras

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

	2025	2024
Imposto sobre o Rendimento	(14.202)	(8.661)
Imposto s/rendimento - Período	439.038	767.527
Imp s/rend - Ajust Anos Anteriores	(1.364.509)	(587.235)
Imposto Diferido	(925.471)	180.292
Imposto do Período	(939.673)	171.632



Impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS		
Imparidades de clientes não aceites fiscalmente	862.321	932.239
Reporte de prejuízos fiscais	7.798.632	8.654.186
	8.660.953	9.586.424

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foi o seguinte:

	Dividas de cobrança duvidosa	Prejuizo fiscal	Total
Activos por impostos diferidos:			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	932.239	8.654.186	9.586.424
Imposto s/rendimento - Período	-	439.038	439.038
Imp s/rend - Ajust Anos Anteriores	(69.918)	(1.294.591)	(1.364.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	862.321	7.798.632	8.660.953

	Dividas de cobrança duvidosa	Prejuizo fiscal	Total
Activos por impostos diferidos:			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.071.563	8.334.569	9.406.132
Imposto s/rendimento - Período	-	767.527	767.527
Imp s/rend - Ajust Anos Anteriores	(139.324)	(447.911)	(587.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	932.239	8.654.186	9.586.424

Em 2025, os impostos diferidos foram significativamente impactados pela alteração legislativa introduzida pela Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, que estabelece uma redução progressiva da taxa de IRC para os períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026, prevendo-se a sua diminuição gradual até atingir 17% em 2028. Atendendo à incerteza da recuperação dos seus Ativos por Impostos Diferidos nos próximos dois anos, a mensuração destes ativos foi efetuada com base na taxa aplicável ao último ano do período de redução, ou seja, 17%. Esta reavaliação originou um ajustamento negativo relevante no período de 925.471 euros, refletindo a diminuição da taxa futura estimada para a recuperação dos respetivos benefícios fiscais.



2.11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, os inventários da Sociedade têm a seguinte composição:

MATUREZA	Valor bruto - Imparidade		Saldo		Saldo	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Mercadorias	34.127	26.690	34.127	26.690	-	26.690
Mat. Primas, subsid. consumo						
Produtos farmacêuticos	359.558	175.218	159.558	175.218	(2.493)	172.725
Material de consumo clínico	677.736	656.438	677.736	656.438	(31.370)	625.068
Produtos alimentares	-	-	-	-	-	-
Material de consumo hoteleiro	11.756	11.342	11.756	11.342	(1.571)	9.771
Material de consumo administrativo	12.186	11.615	12.186	11.615	(912)	10.703
Material de conservação e reparação	417	493	417	493	(59)	435
	895.780	881.797	895.780	881.797	(36.405)	845.392

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

Período de 2025			
	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	26.690	855.107	881.797
Compras	7.437	7.751.369	7.758.807
Regularizações	-	(497.162)	(497.162)
Saldo final	34.127	861.653	895.780
Custo dos materiais consumidos	-	7.247.661	7.247.661

Período de 2024			
	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	31.541	775.329	806.870
Compras	-	7.776.805	7.776.805
Regularizações	-	(192.741)	(192.741)
Saldo final	26.690	855.107	881.797
Custo dos materiais consumidos	4.851	7.504.287	7.509.138



Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de inventários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foi como segue:

	Período 2025				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	36.404	-	(36.404)	-	-
	72.808	-	(36.404)	-	-

	Período 2024				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	62.249	37	(25.882)	-	36.404
	62.249	37	(25.882)	-	36.404

A reversão registrada no período decorre de uma alteração de estimativa quanto ao valor realizável dos inventários. Até 2024, o critério aplicado determinava o reconhecimento de imparidade para artigos sem movimento durante um ano. Em 2025 foi considerado que este critério deixou de refletir adequadamente a natureza dos inventários, caracterizados por baixa obsolescência e continuidade de utilização nas operações hospitalares. Assim, e em conformidade com a NCRF 4, a atualização da estimativa foi reconhecida de forma prospectiva, originando a reversão da imparidade anteriormente registrada.

As reversões de perdas por imparidade de inventários dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, foram registrados por contrapartida da rubrica de “Imparidade de inventário (perdas/reversões)”.

2.12. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as dívidas de clientes têm a seguinte composição:

	Nota	Saldo em 31/12/2025			Saldo em 31/12/2024		
		Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor Bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Ativo Corrente:							
Clientes gerais c/c		11.142.731	(618.252)	10.524.478	12.563.764	(1.567.802)	10.995.962
Cliente ARSLVT		8.815.078	(4.154.745)	4.660.333	8.815.078	(4.154.745)	4.660.333
Clientes - partes relacionadas	27	26.516	-	26.516	17.165	-	17.165
Clientes gerais de cobrança duvidosa		2.491.255	(2.230.779)	260.476	2.417.133	(2.170.468)	246.665
		22.475.580	(7.003.776)	15.471.804	23.813.140	(7.893.014)	15.920.126
Passivo Corrente							
Adiantamentos de clientes gerais		(453.837)	-	(453.837)	(443.657)	-	(443.657)
Saldo líquido de clientes		22.021.743	(7.003.776)	15.017.967	23.369.483	(7.893.014)	15.476.469



A rubrica de Clientes inclui saldos de natureza transitória provenientes de Caixa e Bancos, cuja adequada identificação e imputação contabilística não foi ainda possível apurar. Tais montantes permanecem registados nesta rubrica até à sua regularização e adequada classificação.

Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foi como segue:

	Período 2025	Período 2024
Saldo inicial	7.893.014	8.276.457
Perdas	122.543	93.034
Reversões de perdas	(1.011.781)	(410.768)
Utilização directa	-	(65.709)
Saldo final	7.003.776	7.893.014

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas, por contrapartida da rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, gastos relativos a reforço de perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 122.543 euros (93.034 euros em 2024), bem como ganhos no montante de 1.011.781 euros (410.768 euros em 2024), resultante de reversão de perdas por imparidade, justificadas sobretudo pelo recebimento de valores em dívida por parte da Clínica Girassol.

O saldo em dívida, por parte da ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no montante de 8.815.078 euros, decorre da circunstância de o Hospital Cruz Vermelha ter assegurado a prestação de cuidados de saúde em complementaridade com os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito de sucessivos instrumentos contratuais outorgados entre 1998 e 2012 - Protocolos de Cooperação entre o Ministério da Saúde e a Cruz Vermelha Portuguesa e Acordos de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT) e a CVP-Sociedade de Gestão Hospitalar, SA (CVP-SGH), criada em 1998, participada nessa altura maioritariamente pela Cruz Vermelha Portuguesa -, cuja última vigência cessou em 2013.

Encontra-se reconhecida uma imparidade de 4.154.745 euros, a qual se manteve constante face ao reconhecido no período anterior, cujo cálculo corresponde, em termos médios, a cerca de 47% do montante global em dívida.

No decorrer de 2025, o Conselho de Administração diligenciou no sentido de encontrar uma solução para o problema de forma negociada, consentânea com o enquadramento institucional do Hospital, insistindo na pendência dos referidos créditos por liquidar.



No corrente ano,-tendo em vista a prossecução do objetivo enunciado de recuperação dos créditos reclamados relativos ao valor em dívida de 8.815.078 euros, por parte da ARSLVT, foi criado um dossiê com suporte documental e entregue aos accionistas e à Comissão Liquidatária da ARSLVT aguardando avaliação da tutela, de forma a sustentar a informação relativa aos serviços efetivamente prestados e acelerar um processo de decisão, que culmine na recuperação do valor devido pelos serviços prestados.

Outras informações

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes” em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

rubrica	<= 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	>120 dias	Dívida em 31.12.2025	Perda Imparidade	Valor Liq. 31.12.2025
ARS - Acordo Cooperação					8.815.078	8.815.078	(4.154.745)	4.660.333
Hospitais Públicos	1.119.247	421.970	2.966	15.786	26.735	1.582.674	(18.375)	1.564.299
Subsistemas Públicos e Iltres	1.192.386	212.637	62.426	4.272	-	3.411.721	(3.273)	3.408.448
Seguradoras e Subsistemas Privados	1.814.208	132.032	32.561	23.799	35.189	2.037.809	(21.928)	2.015.882
Outras Entidades Privadas	534.361	3.950	170.779	17.742	1.323.648	1.850.531	(522.000)	1.328.531
Particulares	648.076	119.001	62.012	26.574	47.357	903.021	-	903.021
ARS/ULI	693.711	-275.334	130.397	16.725	40.907	1.356.674	(52.669)	1.304.005
Partes Relacionadas	23.103	-	1.614	-	-	24.717	-	24.717
Coabrança Duvidosa	18.556	81.263	124.898	73.644	2.182.593	2.491.255	(2.230.779)	260.476
	7.965.123	1.164.819	664.555	100.897	10.008.915	22.475.580	(7.000.776)	15.474.804

rubrica	<= 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	>120 dias	Dívida em 31.12.2024	Perda Imparidade	Valor Liq. 31.12.2024
ARS - Acordo Cooperação					8.815.078	8.815.078	(4.154.745)	4.660.333
Hospitais Públicos	1.385.691	229.480	190.569	5.324	33.896	1.815.165	(33.487)	1.781.678
Subsistemas Públicos e Iltres	2.100.482	26.588	5.303	-	-	2.138.474	(274)	2.138.200
Seguradoras e Subsistemas Privados	1.638.248	952.901	140.042	59.983	101.499	2.334.637	(85.474)	2.275.163
Outras Entidades Privadas	1.022.711	282.908	(27.485)	16.748	3.116.279	4.411.151	(1.401.634)	3.009.517
Particulares	620.271	155.619	59.354	14.101	48.676	898.304	(47.318)	850.987
ARS/ULI	870.674	74.452	838	1.197	38.852	986.013	(23.615)	962.418
Partes Relacionadas	17.165	-	-	-	-	17.165	-	17.165
Coabrança Duvidosa	143.831	72.238	158.512	10.389	2.030.463	2.417.133	(2.170.468)	246.665
	7.685.237	1.581.947	338.800	47.633	12.142.389	23.813.140	(7.893.014)	15.920.126

A redução do saldo de clientes em 2025 resulta, em grande medida, do recebimento do montante em dívida pela Clínica Girassol, o que permitiu uma diminuição significativa da exposição a risco de crédito e, consequentemente, uma redução relevante da imparidade associada.

Em resultado deste efeito, o prazo médio de recebimento de clientes em 31 de dezembro de 2025 registou uma melhoria significativa, situando-se em 225 dias (243 dias em 2024). Não obstante, este indicador continua fortemente condicionado pelos atrasos elevados verificados nos saldos da ARSLVT - Acordo de Cooperação.

2.13. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica do ativo corrente “Outros créditos a receber” tem a seguinte composição:

	Valor Bruto 2025	Perdas por Imparidade	Valor Liq. 31.12.2025	Valor Bruto 2024	Perdas por Imparidade	Valor Liq. 31.12.2024
Pessoal	-	-	-	2.152	-	2.152
Devedores por acrés. de rendimentos	1.296.435	-	1.296.435	1.479.644	-	1.479.644
Outros devedores diversos	10.837	-	10.837	10.837	-	10.837
	1.307.271	-	1.307.271	1.492.633	-	1.492.633

[Handwritten signatures and initials]



A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos decompõe-se da seguinte forma:

	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Rappel a receber de fornecedores	235.995	187.040
Serviços prestados a facturar	1.060.440	1.292.604
	1.296.435	1.479.644

Os serviços prestados por faturar respeitam maioritariamente a doentes tratados no âmbito do SIGIC, incluindo igualmente internamentos efetuados no exercício anterior cuja faturação ocorreu no período subsequente.

2.14. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” têm a seguinte composição:

	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Seguros	8.955	25.456
Outros gastos diferidos	55.061	87.068
	64.016	112.524

2.15. Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital da Empresa era composto por 500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros, sendo detido pelos seguintes acionistas:

Acionistas:	Capital subscrito		Outros instrumentos de capital próprio
	Valor da participação	% Particip.	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1.374.400	54,976%	14.168.556
Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A	1.125.000	45,000%	11.597.518
Manuel Pedro Dias de Magalhães	250	0,010%	
António Sande e Castro Salgado	50	0,002%	
António Augusto Sabbo	50	0,002%	
Jorge Rodolfo Cabral de Campos	50	0,002%	
José Nuno Farrata e Silva Meireles	50	0,002%	
Luís Manuel de Vasconcelos Dias Cabral	50	0,002%	
João Carlos Aires Pinho	50	0,002%	
Maria Ana Sampaio Nunes e Sobral	50	0,002%	
	2.500.000	100,000%	25.766.072



À data de 31 de dezembro de 2025, o capital social da sociedade ascende a 2.500.000 euros, enquanto os capitais próprios totalizam 1.075.398 euros.

Nestas circunstâncias, os capitais próprios apresentam um valor inferior a metade do capital social, encontrando-se assim a sociedade abrangida pelo disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

A Administração acompanha a evolução da situação patrimonial da sociedade e avaliará, se necessário, as medidas que se revelem adequadas nos termos da legislação aplicável. Com base na informação atualmente disponível, não foram identificadas circunstâncias que coloquem em causa o pressuposto da continuidade das operações da sociedade.

2.16. Ajustamentos em Ativos Financeiros

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros” apresentou o seguinte movimento conforme se apresenta:

	Período 2025	Período 2024
Saldo inicial	174.862	174.077
Outras Variações	(136.591)	785
Doações	(11.481)	-
Saldo final	26.789	174.862

O saldo dos ajustamentos em ativos financeiros registou uma redução de €174.862 para €26.789, essencialmente decorrente da reversão do montante anteriormente reconhecido em ‘Outras variações’, o qual era composto por ajustamentos de transição para o SNC e por ajustamentos registados em capital próprio relativos a participadas. Esta reversão ocorreu na sequência da alienação da última participada, a SPD - Sociedade Portuguesa de Diálise, conforme detalhado na Nota 8.

Adicionalmente, as doações anteriormente reconhecidas foram regularizadas em função das depreciações dos ativos subjacentes, refletindo a sua afetação económica ao longo da vida útil dos mesmos.



2.17. Reservas

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva legal	Reservas livres
Quantia em 31-12-2024	559.674	234.621
Aplicação de resultados de 2024	-	-
Quantia em 31-12-2025	559.674	234.621

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A partir de 2011 a reserva legal constituída passou a representar cerca de 22% do capital pelo que não foram realizados mais reforços da mesma nos anos subsequentes.

2.18. Provisões

No período findo em 31 de dezembro de 2025, verificaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

	Saldo Inicial	Constituição e Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	439.896	36.578	(143.675)	-	332.798
	439.896	36.578	(143.675)	-	332.798

2.19. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição:

Natureza	Nota	Saldo em 31.12.2023			Saldo em 31.12.2024		
		Corrente	Não corrente	Dívida total	Corrente	Não corrente	Dívida total
Financiamentos bancários							
Empréstimo financeiro		1.318.720	447.316	1.766.035	1.935.580	1.780.682	3.716.261
Conta corrente caucionada		-	9.955.000	9.955.000	-	9.955.000	9.955.000
Descoberto bancário		-	-	-	-	-	-
		1.318.720	10.402.316	11.721.035	1.935.580	11.175.682	13.111.261
Locações financeiras	20	497.966	2.105.095	2.603.061	940.150	2.621.201	3.561.351
Contrato de Confirming		1.490.862	-	1.490.862	1.470.044	-	1.470.044
Contrato de factoring		4.013.727	-	4.013.727	3.007.644	-	3.007.644
Doutros Financiamentos		-	9.571.570	9.571.570	-	8.571.677	8.571.677
		6.002.554	11.676.665	17.679.220	5.417.838	11.192.878	16.610.716
		7.321.274	22.079.001	29.400.275	7.353.418	22.368.559	29.721.977

[Handwritten signatures and initials]



Salienta-se que alguns financiamentos obtidos decorrentes de contas correntes caucionadas contratadas foram classificados como dívida não corrente, por ser entendimento do Conselho de Administração que as mesmas serão renovadas, não sendo por isso reembolsados num prazo de 12 meses.

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos financiamentos obtidos, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2025, contidos no quadro acima apresentado:

Natureza do Emprestimo	Entidade	Período	Respectiva		Total (mil)
			Dívida - 1 Ano	O Prazo	
Empréstimo financeiro	Abanca	02.10.2017	447.336	518.719	966.055
		07.05.2026	-	55.556	55.556
	Santander	28.04.2026	-	133.333	133.333
	BP	18.11.2026	-	611.111	611.111
Conta Corrente Caucionada	Abanca	29.04.2026	750.000	-	750.000
	Santander	07.01.2026	1.550.000	-	1.550.000
	Milennium BCP	21.02.2026	1.655.000	-	1.655.000
	BP	28.02.2026	4.000.000	-	4.000.000
	CGD	25.01.2026	2.000.000	-	2.000.000
	Santander	01.10.2026	-	8.554	8.554
Locações Financeiras	Outros	02.11.2026	48.216	82.656	130.872
		25.01.2026	-	4.333	4.333
		15.05.2026	-	5.565	5.565
	BP	05.04.2026	-	12.375	12.375
		25.05.2021	1.784.354	147.601	1.931.955
		29.03.2027	85.327	104.368	189.695
		05.04.2027	16.658	24.267	40.925
Factoring		20.05.2026	-	5.941	5.941
		10.04.2026	-	6.515	6.515
	CGD	10.10.2027	10.463	8.675	19.138
		01.11.2028	171.475	78.277	249.752
		20.10.2029	28.602	8.820	37.422
Confirming	CGD	14/03/2026	-	560.740	560.740
	BCP	-	-	3.452.986	3.452.986
Outros Financiamentos	BCP	-	-	1.490.862	1.490.862
	Pirquiosca, SGPS, SA	-	4.307.401	-	4.307.401
	Santa Casa	-	-	-	-
	Wisecordis de Lisboa	-	5.264.169	-	5.264.169

Os empréstimos financeiros obtidos vencem juros a taxas de mercado, sendo que durante o período de 2025, em resultado de empréstimos obtidos, foram suportados juros no montante de 552.048 euros (928.062 euros em 2024). (Nota 34)

De igual forma foram suportados gastos financeiros decorrentes de juros de locações financeiras, contratos de *factoring*, contrato de *confirming*, bem como de suprimentos, no montante de 699.791 euros (454.518 euros em 2024). (Nota 34)



2.20. Locações

A CVP - SGH é locatária em diversos contratos de locação financeira relacionados com equipamentos médicos e viaturas ligeiras, sendo essas locações registadas pelo método financeiro, conforme descrito na nota 3.4.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 os montantes em dívida, não canceláveis, relacionados com locações financeiras são como segue:

Natureza:	Dívida em 31.12.2025			Dívida em 31.12.2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Edifícios e outras construções	132.988	81.985	214.972	126.302	304.579	430.882
Equipamento básico	364.979	2.023.111	2.388.089	813.848	2.316.621	3.130.469
	<u>497.966</u>	<u>2.105.095</u>	<u>2.603.061</u>	<u>940.150</u>	<u>2.621.201</u>	<u>3.561.351</u>

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis, em 31 de dezembro de 2025, resumem-se da seguinte forma:

Natureza:	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido 31.12.2025	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido 31.12.2024
Edifícios e outras construções	1.692.539	(273.827)	1.418.712	1.692.539	(219.601)	1.472.938
Equipamento básico	8.044.975	(3.624.504)	4.420.471	9.758.474	(4.171.420)	5.587.054
	<u>9.737.514</u>	<u>(3.898.331)</u>	<u>5.839.183</u>	<u>11.451.013</u>	<u>(4.391.021)</u>	<u>7.059.992</u>

2.21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de “Fornecedores” tem a seguinte composição:

	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Passivo Corrente:		
Fornecedores gerais - contas correntes	7.789.802	6.424.209
Fornecedores - partes relacionadas	-	-
Fornecedores facturas recep e conferência	444.694	709.217
	<u>8.234.496</u>	<u>7.133.426</u>
Activo corrente		
Outros adiantamentos concedidos	(63.694)	(95.937)
	<u>(63.694)</u>	<u>(95.937)</u>
Saldo líquido de fornecedores	<u>8.170.803</u>	<u>7.037.488</u>

O prazo médio de pagamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2025 era de 111 dias (111 dias em 2024).



2.22. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Outras dívidas a pagar” tem a seguinte composição:

	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Passivo corrente:		
Pessoal		
Acionistas Particulares	731	731
Outros Acionistas	-473 821	256 196
Fornecedores de investimentos	-449 402	2 204 274
Credores por acréscimos de gastos	3 127 547	3 408 958
Outros credores (Prest.Clinicos)	2 789 588	1 770 147
	6 841 089	7 640 307

No que respeita ao saldo no montante de 731 euros, refere-se a dividendos atribuídos a acionistas particulares em 2010 e anos anteriores, que ainda não foram liquidados, conforme se detalha:

Acionistas:	Dividendos de 2010	Dividendos de anos anteriores	Dividendos em dívida
Acionistas particulares	242	489	731
	242	489	731

No que concerne aos Fornecedores de investimento, o saldo da Siemens, no montante de 303.377 euros, representa 68% do saldo total e resulta do projeto do *Heart Center*, iniciado em 2019.

A rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” decompõe-se da seguinte forma:

	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Remunerações a liquidar ao pessoal	1 584 966	1 543 945
Juros a liquidar	466 352	283 870
Honorários Prestadores Clinicos	112 391	114 210
Material de consumo clínico	-	117 060
Outros acréscimos de gastos	963 838	1 349 873
	3 127 547	3 408 958

O saldo apresentado em outros acréscimos de gastos refere-se essencialmente de fornecedores, decorrente de serviços prestados e relativamente aos quais ainda não foram recebidas as respetivas faturas.



2.23. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

Saldos credores:	Saldo 2025	Saldo 2024
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Pagamentos por conta	-	71.422
Estimativa de imposto	-	(8.661)
	-	62.761
Saldos credores:	Saldo 2025	Saldo 2024
Estimativa de imposto	14.202	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
Retenções na fonte	123.121	121.622
Imposto sobre o Valor Acrescentado	18.934	9.548
Contribuições para a Segurança Social	221.322	213.114
Outras tributações	11.471	26.344
	389.050	370.626

Os saldos credores referem-se, essencialmente, a retenções na fonte efetuadas nos vencimentos processados, nem como a contribuições para a segurança social, a pagar no início do ano seguinte, não existindo situações de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

2.24. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” tem a seguinte composição:

	Saldo 2025	Saldo 2024
Outros rendimentos a diferir	-	96
	-	96

2.25. Passivos e Ativos Contingentes, Garantias e Compromissos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Empresa não apresentava quaisquer garantias prestadas a favor de terceiros, ativos ou passivos contingentes.

2.26. Partes Relacionadas

Acionistas

A Empresa é detida em 54,98% pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e em 45% pela Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A., sendo as suas demonstrações

[Handwritten signatures and initials]



financeiras contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas contas da Parpública.

Pessoal-chave da gestão

As remunerações do pessoal-chave de gestão da Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição:

	Período de 2025	Período de 2024
Conselho de Administração		
Benefícios de curto prazo		
Remunerações e outros benefícios	542.424	475.390

Transações com partes relacionadas

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transações Período 2025				
	Gastos			Rendimentos	
	FSE's	Juros	Perdas em Subs. e Associadas	Prestações Serviços	Ganhos em Sub e Associadas
Empresa-mãe					
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	-	229.869	-	588	-
Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	186.607	-	-	-
Subsidiárias e associadas					
Soc Portuguesa de Diálise	-	-	-	-	535.778
	-	416.476	-	588	535.778

Parte relacionada	Transações Período 2024				
	Gastos			Rendimentos	
	FSE's	Juros	Perdas em Subs. e Associadas	Prestações Serviços	Ganhos em Sub e Associadas
Empresa-mãe					
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	-	39.544	-	29.374	-
Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	177.808	-	-	-
Subsidiárias e associadas					
Soc Portuguesa de Diálise	-	-	-	-	217.524
	-	217.352	-	29.374	217.524

[Handwritten signatures and initials]



Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Parte relacionada	Saldos em 31.12.2025				
	ATIVO		PASSIVO		
	Clientes	Outros Devedores	Acionistas	Acréscimos Juros	Suprimentos
Empresa-mãe					
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	-	-	(182.832)	(129.886)	(5.264.169)
Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	(290.989)	(286.590)	(4.307.401)
Outras entidades relacionadas:					
Diversos accionistas particulares	-	-	(731)	-	-
	-	-	(474.552)	(416.476)	(9.571.570)

Parte relacionada	Saldos em 31.12.2024				
	ATIVO		PASSIVO		
	Clientes	Outros Devedores	Acionistas	Acréscimos Juros	Suprimentos
Empresa-mãe					
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	17.165	-	(114.784)	(39.544)	(4.714.276)
Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	(113.412)	(177.808)	(3.857.401)
Subsidiárias e associadas					
Soc Portuguesa de Diálise	-	10.837	-	-	-
Outras entidades relacionadas:					
Diversos accionistas particulares	-	-	(731)	-	-
	17.165	10.837	(228.927)	(217.352)	(8.571.677)

2.27. Vendas e Serviços Prestados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 as vendas e prestações de serviços registadas na rubrica de “Vendas e serviços prestados” têm a seguinte composição:

	Saldo 2025	Saldo 2024
Vendas	9.848.140	9.563.849
Serviços prestados	26.625.552	26.247.833
	36.473.692	35.811.682

[Handwritten signatures and initials]



2.28. Fornecimento e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Nota	Saldo 2025	Saldo 2024
Subcontratos		1 760 848	1 793 579
Serviços especializados		13 791 049	13 069 971
Materials		43 482	58 075
Energia e fluidos		506 701	389 944
Deslocaç., Estadas e Transp.		15 951	29 845
Serviços Diversos		3 052 611	2 813 628
TOTAL		19 170 642	18 155 042

Relativamente à rubrica de Serviços Especializados, destaca-se a conta de Honorários, que representa 81% do total desta rubrica em 2025 (79% em 2024). O respetivo detalhe apresenta-se da seguinte forma:

Honorários	Saldo 2025	Saldo 2024
Médicos	9 994 289	9 569 090
Enfermeiras Exterior	232 948	-
Enfermagem	144 994	77 680
Técnicos de saúde	244 811	211 906
Maqueiros	-	1 296
Psicologia	142 247	129 397
Outros	376 527	344 742
	11 135 815	10 334 112

2.29. Gastos com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2025	Saldo 2024
Remunerações e encargos dos órgãos sociais	594.996	585.846
Remunerações ao Pessoal	8.659.415	8.901.713
Encargos sobre Remunerações	2.038.608	1.935.749
Indemnizações por rescisões de contratos	178.121	18.825
Seguro de acidentes de trabalho	91.808	87.552
Outros gastos com pessoal		
Gastos de acção social	318.298	189.052
	11.881.245	11.718.737

[Handwritten signatures and initials]



O número médio de funcionários ao serviço da CVP - SGH durante o período de 2025 foi de 364 colaboradores (390 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o número de colaboradores, repartido pelo respetivo vínculo contratual, apresenta-se da seguinte forma:

Tipo contrato:	31.12.2025	31.12.2024
Conselho administração	5	5
Efetivo	359	385
	364	390

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 existiam os seguintes saldos a receber e a pagar com colaboradores:

NATUREZA	Nota	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Activo corrente			
Adiantamentos concedidos	13	-	2.152
			2.152
Passivo corrente			
Estimativa de remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias)	22	1.584.966	1.543.945
		1.584.966	1.543.945
		1.584.966	1.546.097

2.30. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2025	Saldo 2024
Rendimentos suplementares		
Serviços sociais	19.665	16.792
Aluguer Equip. e Instalações	271.763	265.131
Estacionamento	195.834	205.867
Débitos de Gastos	2.364.365	2.322.207
Receitas com Alimentação	8.020	11.525
Descontos de pronto pagamento obtidos	53.173	47.679
Ganhos de inventários	17.136	107.826
Diferenças câmbio favoráveis	(76)	132.000
Rendim. e Ganh. Invest. não fin.		
Alienações	531	-
Outros rendimentos		
Correcções de períodos anteriores	19.740	10.190
Outros reembolsos	9.619	3.004
Imputação Subsídios p/ Invest.	11.481	-
Excesso de estimativa para imposto	100.446	-
	3.071.696	3.122.222

77



2.31. Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2025	Saldo 2024
Impostos		
Outros impostos indirectos	128.391	121.444
Taxas	19.635	24.329
Dívidas incobráveis	-	2.424
Gastos e perdas em inv não financeiros	29.262	52.235
Perdas em Inventários	88.204	44.838
Outros		
Correcç.relat. períodos anter.	10.648	13
Donativos		
Quotizações	9.351	4.410
Multas fiscais	233	10.816
Multas não fiscais	-	2.811
Indemnizações	180	-
Outros gastos	973	-
Redébito de Custos	1.990.860	2.177.103
	2.277.737	2.440.424

Em 2025 e 2024, o saldo referente a Redébito de custos respeita na sua totalidade ao contrato com a Unilabs.

2.32. Depreciações

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2025	Saldo 2024
ATIVOS FIXOS TANGIVEIS		
Edifícios e outras construções	593.075	605.567
Equipamento básico	958.511	943.593
Equipamento de transporte	1.953	91
Equipamento administrativo	44.870	54.353
Outros ativos fixos tangíveis	5.626	4.370
	1.604.036	1.607.974
ATIVOS INTANGIVEIS		
Aplicações informáticas (Software)	91.338	56.271
	91.338	56.271
	1.695.374	1.664.245

[Handwritten signatures and initials]



2.33. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição:

	Saldo 2025	Saldo 2024
Juros obtidos	48.418	2.907
Outros rendimentos similares	8.035	693
	<u>56.453</u>	<u>3.600</u>

2.34. Juros e Gastos Similares Suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 têm a seguinte composição:

	Saldo 2025	Saldo 2024
Juros suportados		
Juros de empréstimos bancários	552.048	928.062
Juros de leasings	81.625	105.743
Juros de factoring	131.085	131.367
Juros de mora	14.518	180
Juros de suprimentos	416.476	217.407
Juros Confirming	70.606	-
Outros juros	-	91
Diferenças de câmbio desfavoráveis	206.032	-
Outros gastos e perdas de financiamento		
Comissões bancárias	70.672	80.289
Despesas Confirming	3.157	71.831
Outros	84.790	125.976
	<u>1.631.008</u>	<u>1.660.947</u>

2.35. Subsídios à Exploração

A rubrica de “Subsídios à Exploração” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 31.12.2025	Saldo 31.12.2024
Subsídios à Exploração	-	10.521
	<u>-</u>	<u>10.521</u>

[Handwritten signatures and initials]



O saldo da rubrica em 2024 respeita ao apoio recebido associado ao aumento da retribuição mínima mensal garantida, não tendo sido recebido qualquer subsídio à exploração no decorrer de 2025.

2.36. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, foi suportado pela Empresa o montante de 38.841 euros (38.841 euros em 2024), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente a honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas. Os honorários faturados dizem respeito, exclusivamente, à atividade de revisão legal das contas.

2.37. Acontecimentos após a data do Balanço

Após 31 de dezembro de 2025 e até à data de emissão das presentes demonstrações financeiras, ocorreram acontecimentos subsequentes não ajustáveis, nomeadamente:

- as intempéries severas registadas em janeiro e fevereiro de 2026, que provocaram danos em infraestruturas do campus hospitalar e deram origem à ativação de medidas de contingência e à participação dos sinistros às seguradoras; e
- o agravamento do contexto geopolítico internacional decorrente do início da guerra no Irão, com potencial impacto em preços de energia, cadeias de abastecimento e custos operacionais.

Estes acontecimentos não alteram as quantias reconhecidas em 31 de dezembro de 2025. À presente data, não é possível estimar com fiabilidade os seus efeitos económicos para 2026, encontrando-se a Administração a monitorizar a sua evolução e a implementar medidas de mitigação adequadas.

Para além do exposto, não são conhecidos outros eventos subsequentes que imponham ajustamentos ou divulgações adicionais relativamente às demonstrações financeiras reportadas em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração

Elizabeth Marques



Certificação Legal das Contas



13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

VA VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Rua Augusto Mota, 30 - D, 1.º andar, 2
1000-794 Lisboa

Tel. +351 21 210 21 99
Site: www.vaa.pt
E-mail: vaa@vaa.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Audítamos as demonstrações financeiras anexas da **CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 46.728.943 euros e um total de capital próprio de 1.075.398 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.814.003 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.**, em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião:

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

Lugar: Lisboa 1111-1070 - MEMBROS DA COMISSÃO DE REGULAÇÃO DE CONTAS, SÓCIO JÚRICO LÍQUIDO DA ENTIDADE E DA UNIVERSIDADE: 507 647 240
Inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1314, na Comissão de Membros de Voto Privilegiado (n.º 1) (2019/145)

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras livres de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos



VA VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA

que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliemos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2026

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por:

Vitor Manuel Batista de Almeida
(Inscrito na SROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)

The background of the page features a blurred medical scene. In the foreground on the right, a clear plastic syringe with a needle is shown, containing a small amount of clear liquid. The background is out of focus, showing several people in a clinical setting, some wearing blue scrubs and masks. A large, semi-transparent blue shape overlaps the bottom and right sides of the image. The text is positioned in the lower-left area of this blue shape.

Relatório e Parecer
do Fiscal Único



VA VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Com referência ao exercício de 2025, não emitimos qualquer parecer relativamente a eventuais negócios realizados entre a sociedade e os membros do seu Conselho de Administração. Esta divulgação visa dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Faz-se ao trabalho desempenhado, e de acordo com o exposto, termos de parecer que os Senhores Acionistas da CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.:

- (a) Aproveitem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo a estas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados, expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, no sentido da transferência para Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício, no montante de 3.814.003,28 euros, sendo nosso entendimento que esta proposta se encontra de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, estando por isso em condições de ser aprovada;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;
- (d) Tomem conhecimento do enquadramento da Sociedade na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, para que possam ponderar sobre a adoção das medidas que entenderem por convenientes.

Lisboa, 10 de março de 2026

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na CRIC sob o n.º 281 e no Iste de Investores da CMVM sob o n.º 20160331)

